



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005148-04.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
 Requerente: **Maurício Araújo de Souza**
 Requerido: **FLÁVIO ALCIDES MACHADO DA SILVA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato verbal com o réu para que este realizasse viagens que especificou utilizando um caminhão de sua propriedade.

Alegou ainda que o réu não lhe fez os repasses de valores ajustados, além de causar danos materiais no aludido caminhão.

Almeja à sua condenação ao pagamento das quantias que detalhou para sua devida recomposição patrimonial.

O réu em contestação salientou genericamente que nada devia ao autor, porquanto foram implementados os pagamentos ao mesmo dos fretes levados a cabo.

Silenciou sobre os danos que teriam sucedido no caminhão utilizado nas viagens.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O autor ofereceu substancial prova documental em apoio à sua versão.

É o que deflui de fls. 56/61 e 68/93 (quanto à contratação dos fretes), além de fls. 16/24, 51/55 e 94/97 (quanto ao estado do caminhão após as viagens, bem como a gastos relativos à sua reparação).

Em contraposição, o réu não coligiu elementos seguros que atuassem em seu benefício.

De um lado, os documentos de fls. 113/114, únicos amealhados pelo mesmo, são insuficientes para a demonstração de que os repasses devidos ao autor foram regularmente efetivados, como acenado na peça de resistência, ao passo que de outro inexistente lastro minimamente sólido a refutar sua obrigação quanto aos danos provocados no caminhão empregado nas viagens.

É relevante assinalar que as partes foram instadas a esclarecer se tinham interesse no aprofundamento da dilação probatória (fl. 109), não se manifestando o réu nessa direção (fls. 115/116).

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, seja porque suficientemente amparada nos documentos ofertados pelo autor, seja porque o réu não se desincumbiu do ônus de demonstrar dados que transparecessem como óbice a tanto, especialmente quanto aos pagamentos que teria feito ao autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor as quantias de R\$ 4.862,85 e de R\$ 8.800,00, acrescidas de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**